

1º Guia Brasil-Alemanha de

INCLUSÃO

— *Viver diversidade!* —



tu technische universität dortmund



Deutsch-Brasilianische
Industrie- und Handelskammer
Câmara de Comércio e Indústria
Brasil-Alemanha

Supported by:

Federal Ministry for Economic Affairs
and Energy

in Distribution of a brochure
by the German Embassy

Em cooperação com:

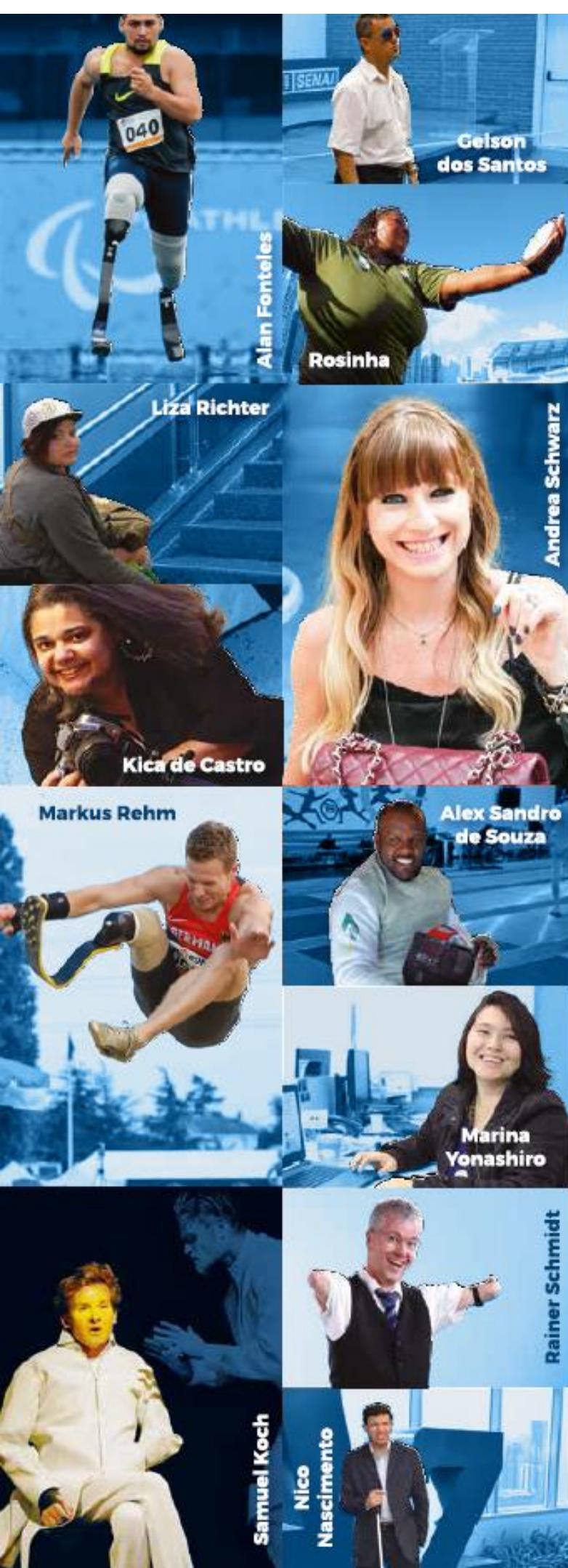
Alemanha
País turístico



www.germany.travel



SENAI
SÃO PAULO



1. Prefácio

Dr. Wolfram Anders, Thomas Timm e Prof. Dr. Christoph de Oliveira Käßler 5

2. Saudação

Verena Bentele e Maria Luiza Ribeiro Viotti ... 8

3. Introdução

  Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha São Paulo 11

4. Educação

 O caminho para uma educação inclusiva
Gabriele Mauermann 15

 Uma Política de Formação Profissional para Pessoas com Deficiência
Walter Vicioni Gonçalves 25

5. Trabalho

 A participação de pessoas com deficiência na vida profissional na Alemanha
Prof.ª. Dra. Mathilde Niehaus, Jana Bauer e Stephanie Kohl 35

 Trabalho e Emprego para Pessoas com Deficiência: Sustentabilidade no Século 21
Cid Torquato 43

6. Cultura

 Cultura e participação cultural na República Federal da Alemanha
Prof.ª. Dra. Irmgard Merkt 49

 Acessibilidade e Inclusão de Públicos com Deficiência em Museus e Instituições Culturais no Brasil
Amanda Tojal 59

Acessibilidade e Inclusão de Públicos com Deficiência em Museus e Instituições Culturais no Brasil

Cultura e Inclusão Social no Brasil

Para iniciar uma reflexão sobre este tema, cumpre primeiramente pontuar alguns pressupostos determinados pela cultura que dizem respeito ao seu importante papel para o reconhecimento de um povo.

A cultura tem como princípio possibilitar tanto o reconhecimento da identidade de um povo ou nação como também possibilitar o reconhecimento da sua diferença – de quem somos frente à diversidade do outro – isto posto, não pode atualmente ser entendida senão como território da diversidade.

Assim, o seu reconhecimento e a sua prática são fatores positivos que conduzem a uma maior abertura para a compreensão do outro e a sua relação com a natureza, o que, conseqüentemente, possibilitará melhores relações de tolerância entre os homens e uma maior harmonia com o meio ambiente.

Por outro lado, a incompreensão desses fatores frente às diferenças culturais é frequentemente a causa de enfrentamentos, violência e guerras, muitas vezes justificados apenas por razões sociais, econômicas ou geopolíticas, subestimando os fatores culturais.

A atividade cultural é integradora, amplia a capacidade humana de percepção e de inserção social, desenvolve o espírito crítico e a cidadania, é matéria-prima dos sonhos e da memória. No afã de atender às demandas humanas, alimenta-se da utopia que, por sua vez, impulsiona a criatividade e a inovação, podendo tornar-se economicamente expressiva e desempenhar seu

papel decisivo na geração de riqueza e empregos.

A cultura na sociedade contemporânea se define, acima de tudo, pela pluralidade e pela diversidade de aspectos e interfaces, compreendendo-se essa dinâmica aberta às transformações e à incorporação constante de novos valores.

Toda essa multiplicidade de manifestações culturais, desde que adequadamente apresentadas, pode influir positivamente para um melhor reconhecimento da cultura tanto do passado como da atualidade, bem como possibilitar ao fruidor uma melhor convivência e confrontação com as produções culturais inovadoras e com as rupturas próprias das novas linguagens, abrindo um importante espaço para o estímulo à sua própria produção.

Desta forma, cumpre às políticas públicas, ao reconhecerem as múltiplas potencialidades da cultura, dar condições e infraestrutura para atender toda a cadeia de produção, circulação, difusão e consumo de bens culturais, permitindo a todo cidadão a ampliação e fruição de bens simbólicos, como também o acesso a sua produção.

Outro aspecto relevante para o desenvolvimento e a aplicação de políticas culturais é o que diz respeito às formas de acesso à cultura por seus cidadãos.

Sabendo que os bens culturais são produtos do conhecimento, o principal obstáculo à fruição das diferentes manifestações culturais é de natureza simbólica, isto é, um código que necessita de uma alfabetização para ser reconhecido ou revelado¹. Sendo assim, cabe às políticas públicas prever investimentos para a ampliação do repertório cultural dos mais diversos setores da população, investimentos estes que só serão viabilizados com o estabelecimento de parcerias tanto com órgãos educacionais como também com outras instituições públicas e privadas.

¹ Por esse código perpassam tanto a cultura erudita, a cultura popular como também a cultura de massa que indistintamente necessitam ser compreendidas e “alfabetizadas” por todas as instâncias da sociedade.



Como o Direito da Pessoa com Deficiência à Cultura está Consolidado em Lei

Segundo texto curatorial apresentado na exposição histórica do Memorial da Inclusão da Secretaria de Estado dos Direitos das Pessoas com Deficiência de São Paulo, “desabrigados, refugiados, órfãos, doentes e mutilados das guerras trouxeram aos organismos internacionais a premente necessidade de ações e programas com o intuito de reduzir essas e as demais causas das deficiências físicas, sensoriais e intelectuais”.

No início do século XX ocorreram as primeiras conferências, primeiros congressos e os primeiros censos sobre pessoas com deficiência, então denominadas “deficientes”, assim como maior ênfase e desenvolvimento nos serviços de reabilitação. Desde então, contamos com a mobilização internacional de atenção e programas específicos às pessoas com deficiência.

Apesar dos esforços, as situações geradoras de deficiências pouco diminuíram. Em função disto, a Assembleia Geral da ONU proclamou duas importantes Declarações e uma Resolução, na década de 1970: a Declaração dos Direitos das Pessoas com Retardo Mental, em 1971; a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, em 1975; e a Resolução no 31/123, em 1976, declarando o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD).

O objetivo do Ano Internacional foi de congregar todos os países, seus governantes, a sociedade e as próprias pessoas com deficiência a tomar consciência e providências para garantir a prevenção da deficiência, o desenvolvimento das habilidades, a reabilitação, a acessibilidade, a igualdade de condições, a participação plena e a mudança de valores sociais (preconceitos e atitudes discriminatórias).

O primeiro encontro do movimento social para a reunião preparatória do plano de ação nacional para o AIPD aconteceu em São Paulo, em maio de 1980. Posteriormente, o Relatório da Comissão Estadual para o AIPD, organizado em São Paulo, serviu de subsídio para as Comissões de outros estados e territórios nacionais. A *Rehabilitation International* teceu elogios diretos à atuação do Estado

de São Paulo, em comparação a outras partes do mundo.”

Especificamente a propósito do reconhecimento pelo ordenamento jurídico brasileiro da figura da pessoa com deficiência, cumpre esclarecer que, fundado no princípio da igualdade, segundo o qual todos são iguais perante a lei, a Constituição promulgada em 1988 estabelece um conjunto disperso de previsões legais sobre a tutela jurídica da figura da pessoa com deficiência.

Em particular, sobre o tema da cultura, a Constituição da República prevê em seu artigo 215, que o Estado garantirá a todos, incluindo-se, portanto, a pessoa com deficiência, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

A norma do artigo 215 da Constituição é um mandamento constitucional imperativo, cumprindo ao Estado desenvolver políticas públicas que efetivamente estejam voltadas para os diferentes públicos culturais, reconhecendo sua diversidade e possibilitando seu acesso aos bens culturais.

Trata-se, por conseguinte, o direito de acesso à cultura de uma verdadeira liberdade pública, de caráter positivo e que se traduz pelo direito às ações positivas a serem desempenhadas pelo Estado visando a promoção da dignidade do ser humano, com a inclusão da pessoa com deficiência.

Acessibilidade Cultural e Inclusão de Públicos com Deficiência em Museus e Instituições Culturais

Como pressuposto para o desenvolvimento desse item, é necessário introduzir uma breve apresentação sobre o significado de “Acessibilidade Cultural”, que segundo a autora:

“É o conceito usado para designar todo e qualquer acesso (físico, comunicacional e atitudinal) de pessoas, principalmente aquelas em situação de vulnerabilidade social ou com deficiência (física, sensorial, emocional ou intelectual) ao patrimônio cultural, material ou imaterial da humanidade.”

Outro aspecto relevante é pontuar a questão histórica da implantação de programas e ações dirigidas às questões de acessibilidade cultural e da inclusão de pessoas com deficiência em museus e instituições culturais no Brasil, e mais especificamente no estado de São Paulo.

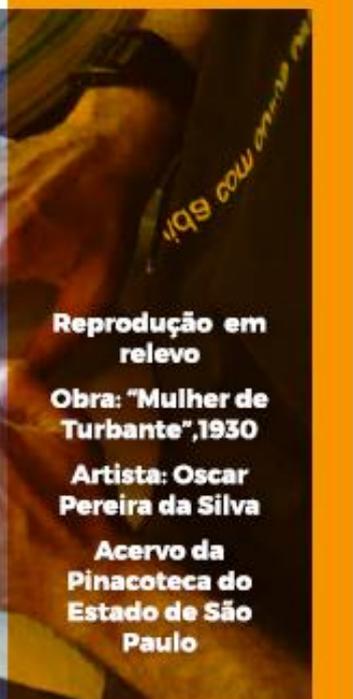
Há menos de três décadas e, acompanhando os processos de inclusão social de pessoas com deficiência e alunos do ensino formal, os museus no Brasil iniciaram suas primeiras ações tendo em vista às questões de acessibilidade dirigidas, primeiramente, à acessibilidade física de pessoas com deficiências motoras ao acesso aos edifícios e seus espaços expositivos.

É importante também ressaltar que os museus de ciências, pelo seu caráter eminentemente experimental, foram os pioneiros, tanto no Brasil como no exterior, a incluírem em suas propostas novas concepções de interatividade e participação do público na exposição, o que, conseqüentemente, abriu novas possibilidades de inclusão de públicos com deficiências (pessoas com deficiências sensoriais (visuais e auditivas), intelectuais e com comprometimentos neuromotores), tendo em vista, o

caráter multissensorial dos objetos apresentados, isto é, objetos elaborados com o intuito de facilitar a compreensão e a apreciação desses por meio da manipulação e da experiência concreta do público em questão.

Seguindo essa tendência, os museus de arte passaram, paulatinamente, a incluir em sua programação, exposições temporárias voltadas para os públicos com deficiências visuais, permitindo, a esses visitantes, o toque em esculturas originais previamente selecionadas, pertencentes ao acervo do museu, ou cujo artista expositor ou curador permitisse ou apresentasse essa proposta.

A exemplo disso, o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, organizou, já na década de 80, uma exposição de esculturas originais do acervo, considerada uma das iniciativas pioneiras de inclusão de públicos com deficiências visuais a esses espaços, o que contribuiu, alguns anos mais tarde, para a implantação, nessa mesma instituição, de um programa de ação educativa a todos os públicos (incluindo pessoas com deficiências sensoriais, físicas e intelectuais), trabalho este, que durante 12 anos de existência, sob a co-



Reprodução em relevo

Obra: "Mulher de Turbante", 1930

Artista: Oscar Pereira da Silva

Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo

Acervo Pinacoteca de São Paulo | Leandro Roman



**Rampa de acesso
ao Museu de Arte
Moderna do Rio
de Janeiro**

CC by Laura de Marco

ordenação dessa autora, teve também um caráter multiplicador de ações dessa natureza em vários museus de arte em São Paulo.

Destaca-se como continuidade desse programa a implantação, no ano de 2003, do Programa Educativo para Públicos Especiais do Núcleo de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo, concebido e implantado pela autora, na gestão do então diretor e museólogo Marcelo Mattos de Araújo e da coordenadora do Núcleo de Ação Educativa, Mila Chiovatto. Esse programa é, até os dias de hoje, considerado uma referência em acessibilidade e ação educativa inclusiva para públicos com deficiência no cenário museológico brasileiro.

Sendo assim, e tomando por referência os processos de inclusão social e das teorias da nova museologia, cujo objetivo aponta para o importante papel do museu na atualidade ao promover ações culturais enfocando o seu potencial educacional e social, atuando como agente de conheci-

mento e fruição do patrimônio histórico, auto reconhecimento e afirmação da identidade cultural de todos os cidadãos, independentemente de suas diversidades. Os museus brasileiros passaram também a se preocupar com as questões de acessibilidade, fator esse que tem exigido mudanças e transformações não somente na programação de exposições de curta duração, mas, principalmente, mudanças conceituais na política cultural dessas instituições.

E para que o tema “acessibilidade em espaços museológicos” seja de relevância dentro de uma política cultural em consonância com as teorias da museologia contemporânea, faz-se necessário discorrer inicialmente sobre o conceito de acessibilidade, que segundo a ABNT³, diz respeito à possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.

³ ABNT NBR 9050:2004, p.2.



Porém, ao focar esse conceito sob o ponto de vista da museologia, percebe-se que, às questões acima assinaladas, que dizem respeito somente ao acesso físico das edificações, acrescentam-se outras de caráter atitudinal, cognitivo e social.

Várias publicações, principalmente internacionais, contendo pesquisas relacionadas tanto para as áreas técnicas e administrativas de museus, como também descrevendo avaliações realizadas por públicos especiais frequentadores das instituições, apresentadas na forma de guias de acessibilidade museológica³, enfatizam que a responsabilidade dos museus nos processos de inclusão sociocultural deve ir além dos aspectos físicos, isto é, da eliminação das barreiras arquitetônicas dos edifícios, espaços de circulação e da montagem das exposições.

Entre essas publicações, destaca-se a edição “Temas de Museologia: Museus e Acessibilidade” do IPM - Instituto Português de Museus (2004) que destaca:

“Acessibilidade é aqui entendida num sentido lato. Começa nos aspectos físicos e arquitetônicos – acessibilidade do espaço – mas vai muito para além deles, uma vez que toca outros componentes determinantes, que concernem aspectos intelectuais e emocionais, acessibilidade da informação e do acervo. (...) Uma boa acessibilidade do espaço não é suficiente. É indispensável criar condições para compreender e usufruir os objetos expostos num ambiente favorável. (...) Para, além disso, acessibilidade diz respeito a cada um de nós, com todas as riquezas e limitações que a diversidade humana contém e que nos caracterizam, temporária ou permanentemente, em diferentes fases da vida.”⁴

É importante também frisar que o museu deve refletir para além do modelo médico – que define a deficiência como condição a ser curada, algo patológico de responsabilidade do indivíduo e que deve, se possível, ser superado para que o indivíduo possa se tornar uma pessoa normal – o modelo social – que reconhece que é a sociedade, e não o indivíduo com deficiência, responsável pela criação de barreiras e cabe, portanto, a ela eliminá-las dando plenas condições para que todos possam nela atuar e participar⁵.

Ao se conceber uma política cultural que tenha como diretriz o compromisso de assegurar ações que vão de fato ao encontro das necessidades e interesses dos diferentes públicos, em especial os públicos com necessidades especiais, mostrando-se adequadas aos seus limites e capacidades, deve-se, como pressuposto, dispor-se de instrumentos de avaliação dirigidos às questões de acessibilidade para que o resultado da avaliação possa definir as metas e estratégias cujos objetivos sejam o de melhorar as condições de acesso e acolhimento do museu, como também abrir espaço para novas possibilidades de leitura e uma participação mais efetiva dessas pessoas nas exposições.

É claro, também, que a concretização das metas incluem as mudanças de mentalidade e atitudes dos profissionais de museus, tanto no que se refere ao conhecimento e conscientização das necessidades do público alvo, como o de se propor projetos dentro de uma perspectiva inclusiva, baseados em uma dinâmica de trabalho mais flexível, o que pressupõe um trabalho de equipe mais sistemático e dialogante entre os vários profissionais envolvidos - museólogos, pesquisadores, educadores, arquitetos, entre outros - não se esquecendo também da importante participação de pessoas com deficiência, órgãos e instituições que as representam.

³ Entre as publicações selecionadas encontram-se os guias de acessibilidade “Museus e Acessibilidade” (IPM,2004), “Many Voices Making Choices: Museum audiences with Disabilities” (Australian Museum e National Museum of Austrália, 2005) e Acessibilidade. Museologia - Roteiros Práticos, vol. 8 (EDUSP, 2005).

⁴ Museus e Acessibilidade. Coleção Temas de Museologia. Instituto Português de Museus (IPM):Lisboa, 2004, p.17. Disponível em: <www.ipmuseus.pt>

⁵ Many Voices Making Choices: Museum audiences with disabilities, 2005, p.16. (tradução: Marina Falsetti).

Compreende-se, portanto, que ao se pretender elaborar um diagnóstico sobre acessibilidade em espaços museológicos, há de se ter como parâmetro a eliminação de diversas barreiras que levem em consideração tanto os aspectos físicos, sensoriais, cognitivos como atitudinais, especificados a seguir:

Barreiras Físicas

Os espaços museológicos são em geral projetados e concebidos de forma padronizada, não levando em consideração as variações físicas, intelectuais e eventuais outras diferenças existentes entre os indivíduos, como por exemplo, as diferentes idades, alturas, os diversos níveis cognitivos assim como os diversos graus de comprometimento da mobilidade física que afetam as pessoas em um ou outro momento da sua vida.

Os inúmeros obstáculos presentes em um espaço público prejudicam a circulação, utilização dos serviços disponibilizados, conforto, bem-estar e fruição do espaço museológico por parte do público com comprometimentos em sua mobilidade física, temporária ou permanente.

Além disso, grande parte dos edifícios que abrigam museus são construções antigas, muitas delas tombadas pelo patrimônio histórico nacional, o que dificulta ainda mais a realização de reformas e adaptações visando à eliminação das barreiras arquitetônicas.

Nos museus, os obstáculos podem se iniciar no lado externo do edifício, nas entradas e saídas, continuar na circulação interna vertical (escadas e falta de alternativas às escadas), horizontal (corredores, vãos, portas, dificuldades para efetuar manobras, manusear botões, maçanetas ou equipamentos, pisos escorregadios ou altura inadequada de balcões e mesas) e se completar com a má localização dos objetos em exposição (colocados em painéis, vitrines e bases com iluminação e altura inadequadas ou expostos de forma a facilitar acidentes).

Barreiras Sensoriais

As barreiras sensoriais dizem respeito às questões comunicacionais, isto é, o acesso à informação, que deve se iniciar desde a fachada de entrada do museu com orientações e indicações sobre os espaços existentes (guichês, balcões de informações, banheiros, lojas, restaurantes, biblioteca, espaços administrativos e expositivos).

Quanto aos aspectos de comunicação escrita, visual e audiovisual das exposições (etiquetas, textos, vídeos, fotografias, audioguias e videoguias), devem-se levar em consideração as diferenças de altura e de compreensão visual e intelectual dos visitantes, sendo esse último, muito importante, pois consiste em diferenciar o nível de percepção e compreensão de obras e objetos expostos.

A maioria das exposições emprega textos com linguagem especializada e complexa, partindo do princípio segundo de que todos os visitantes terão condições de lê-los e compreendê-los. Uma exposição de caráter inclusivo deverá, portanto, oferecer o mesmo conteúdo adaptado aos diferentes níveis de compreensão e leitura e, no caso de pessoas com deficiências sensoriais (auditivas ou visuais), adaptar os textos para a escrita com letras ampliadas e Braille, assim como, na projeção de vídeos, adicionar legendas ou imagens com intérpretes de língua dos sinais para possibilitar a compreensão do público surdo ou com deficiência auditiva.

Ao se conceber uma exposição, importa também prever que muitos públicos terão limitações de visão ou de compreensão da linguagem oral e/ou escrita, o que levará à necessidade de incluir objetos, caixas sensoriais, jogos ou equipamentos interativos. “Essas opções, essenciais para alguns, serão aproveitadas por todos, porque a comunicação pode estabelecer-se de forma mais completa e enriquecedora: as pessoas passam a escolher entre ler e ouvir a informação, entre simplesmente ver ou ver e tocar um objeto.”⁶

⁶ *Museus e Acessibilidade*. Instituto Português de Museus (IPM), 2004, p. 29.

Outro fator importante diz respeito às opiniões e recomendações feitas pelo próprio público com deficiência, que deve ser ouvido frequentemente, pois é para ele que adaptações a serem realizadas nas exposições se destinam.

Tomando como exemplo, nas avaliações sobre a frequência de públicos com deficiência apresentadas nas publicações consultadas, bem como, nos comentários e avaliações informais do público alvo participante do Programa Educativo Públicos Especiais da Pinacoteca do Estado de São Paulo, são enfatizados os resultados positivos obtidos pela utilização de recursos de apoio multissensoriais, bem como todas as formas de mediação, direta ou indireta, elaboradas nos projetos de comunicação museológica dos museus, o que também se comprova nos relatos de experiências e preferências apontadas pelo público alvo, principalmente pessoas com deficiências visuais, participantes das pesquisas realizadas nos museus australianos (Australian Museum e National Museum of Austrália):

“Foi detectado que experiências táteis ou multissensoriais melhoram significativamente a experiência no museu, oferecem maior acessibilidade ao conteúdo expositivo e representam uma parte muito agradável da visita. Para os cegos ou para aqueles que possuem baixa visão, essas experiências representam o principal método de acessar uma exposição. Participantes com essas deficiências aproveitam muito quaisquer oportunidades de tocar objetos (ou réplicas) e sentem que isso faz uma visita ao museu valer à pena.”⁷

Barreiras Atitudinais

Como se afirmou anteriormente, as barreiras atitudinais estão intrinsecamente relacionadas com as questões da inclusão das pessoas com deficiên-



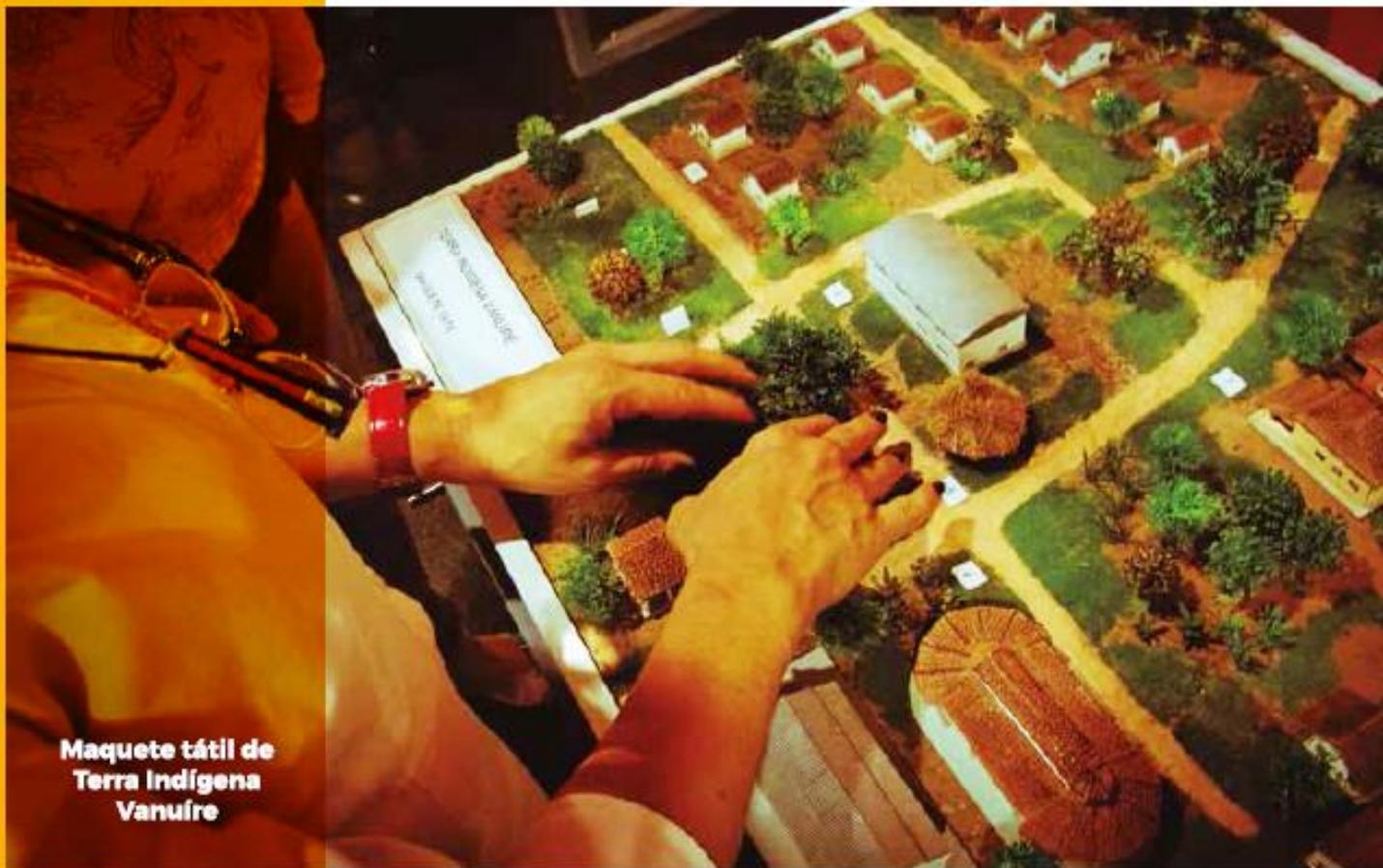
Reprodução tridimensional e audiodescrição
Obra: “Sem título” (figura sentada apoiada na mesa), sem data, Artista: Di Cavalcanti
Exposição “Sentir prá Ver: gêneros da pintura na Pinacoteca de São Paulo”

Claudia Aoki

cia na sociedade e conseqüentemente, com a necessidade da conscientização dos indivíduos da necessidade de se obter um maior conhecimento e convívio com as diferenças físicas e sensoriais dos seres humanos.

Em outras palavras, conviver com a diversidade é tratar todo ser humano com dignidade. Por esse princípio é que as instituições museológicas devem se pautar, orientando todas as ações nelas desenvolvidas. Para que essa atitude seja a de todos os funcionários da instituição, é preciso promover encontros de sensibilização e conscientização sobre as diferenças existentes na sociedade em geral,

⁷ Many Voices Making Choices: Museum audiences with disabilities, 2005, p.40. (tradução: Marina Falsetti).



**Maquete tátil de
Terra Indígena
Vanuíre**

Amanda Tojal

e, em particular, dentro da comunidade das pessoas com deficiências, orientando-os sobre como se relacionar, conduzir e orientar esse público alvo dentro da instituição.

As diversas áreas e equipes de trabalho devem ter também uma postura inclusiva ao desenvolver seus projetos e atividades, dentro de suas especificidades, sendo que, essa postura permitirá uma maior flexibilidade de projetos interdisciplinares e conseqüentemente uma melhor otimização e dinamização de ações favorecendo tanto os profissionais envolvidos como a instituição como um todo. Ao considerar a relação e a dinâmica profissional dentro do processo de inclusão social, cabe a toda instituição cultural incluir também em seu quadro de funcionários, profissionais com deficiências.

As questões atitudinais inerentes às instituições museológicas perpassam o público visitante, tanto geral como aquele com necessidades especiais. Uma política cultural inclusiva deve ser perceptível a todos os visitantes - as questões de acessibilidade

de física dos espaços e equipamentos, a forma de comunicação desses espaços e dos conteúdos das exposições e, finalmente, as atitudes de todos os seus funcionários.

Para tanto, é necessário também considerar as necessidades e recomendações apontadas pelo público alvo, convidando-os a fazer parte de comissões e assessorias, além de oferecer outras oportunidades, não somente de frequentar e usufruir as exposições, como também de poder participar de eventos e outras programações adaptadas.

O museu pode ampliar essas ações oferecendo cursos de formação ou orientações aos profissionais, parentes e acompanhantes das pessoas com deficiência, com o intuito de melhorar sua participação e fruição nessas instituições.

Cumpram também frisar a importância do estabelecimento de parcerias e apoios com as instituições culturais, a iniciativa privada e o terceiro setor em torno de projetos comuns, cujo objetivo esteja pautado pela consciência da necessidade do compro-



misso com a responsabilidade social em nosso país, parceria essa que pode assegurar a qualidade e a permanência de programas dirigidos aos públicos, muitas vezes menos reconhecidos e excluídos em nossa sociedade, como também contribuindo para o desenvolvimento e a permanência dessa política cultural inclusiva, levando em consideração que:

A igualdade entre as pessoas é direito de todos e se concretiza mediante políticas que, ao tratar a todos igualmente, reconheçam também as suas diferenças, oferecendo as oportunidades necessárias para que todos possam desenvolver as suas potencialidades e serem atendidos em suas necessidades também como cidadãos independentes.

Referências de Programas de Acessibilidade em Museus e Instituições Culturais no Brasil

Após duas décadas da implantação dos primeiros programas permanentes de inclusão de públicos especiais em museus no Brasil, pode-se diagnosticar que ainda são poucos os museus e instituições culturais que incluem efetivamente no exercício de sua função a acessibilidade comunicacional com a abrangência e a permanência necessárias.

Há, indubitavelmente, no Brasil instituições museológicas e culturais que são consideradas referência nesse assunto, prova de que é possível e viável implantar esse conceito, desde que um programa de acessibilidade comunicacional não seja apenas uma parte irrelevante na concepção das ações dirigidas aos públicos com deficiência,

mas um dos ingredientes fundamentais que compõem essas ações.

Assim, por exemplo, no Estado de São Paulo, há programas de acessibilidade e ação educativa de caráter permanente, muitos dos quais contaram com a participação de consultoria, concepção e implantação da autora, como o Programa Educativo para Públicos Especiais (PEPE) da Pinacoteca de São Paulo, o Programa de Acessibilidade do Museu do Futebol (PAMF), os Programas Educativos para Públicos Especiais do Museu Afro Brasil, Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuêre (Tupã) e Museu Casa de Portinari (Brodowski), todos pertencentes à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

Outros exemplos de programas de acessibilidade encontram-se no Memorial da Inclusão da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, o Programa Igual Diferente do MAM - Museu de Arte Moderna de São Paulo, o Museu do Amanhã (Rio de Janeiro) e o Programa de Acessibilidade e Ação Educativa Inclusiva do Museu de Ciência e Tecnologia da WEG (Jaguá do Sul, Santa Catarina), além de programas de inclusão desenvolvidos por instituições culturais como Centro Cultural Banco do Brasil e diversas unidades do SESC no Brasil.

São essas ações que vêm comprovar atualmente que é possível a implantação de programas permanentes de Acessibilidade Comunicacional e Atitudinal com o objetivo da inclusão socio-cultural de pessoas com deficiência nos museus e espaços culturais e, que esses espaços são locais onde, efetivamente, o exercício da cidadania e dos direitos de todos podem e devem se realizar na sua plenitude.

Amanda Tojal

Museóloga e Educadora de Museus. Mestre em Artes e Doutora em Ciências da Informação pela USP. Consultora em Acessibilidade e Ação Educativa Inclusiva para públicos com deficiências em museus e instituições culturais. Sócia-presidente da empresa Arteinclusão Consultoria em Ação Educativa e Cultural.

Expediente

Realização

Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha
São Paulo

Projeto

Dr. Wolfram Anders

Presidente da Câmara de Comércio e Indústria
Brasil-Alemanha São Paulo

Thomas Timm

Vice-Presidente Executivo da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha São Paulo

Coordenação

Eckart Michael Pohl

Diretor do Departamento de Comunicação Social

Rebecca Eisenberg

Departamento Vice-Presidência

Marco Túlio Pereira (Ledor)

Departamento de Comunicação Social

Revisão

Danielle Munhoz

Departamento de Comunicação Social

Helena Benez (Ledora)

Departamento de Comunicação Social

Ledores

Bruna Witkowsky

Departamento de Comércio Exterior e Feiras

Clara Malafaia

Departamento de Formação Profissional

Gabriel Tadeu Antunes Machado

Departamento de Comércio Exterior e Feiras

João Vitor Stedeli

Departamento de Assuntos Associativos

Vinicius de Luca

Departamento de Assuntos Associativos

Editoração Gráfica

Flávia Viana

Gerente do Departamento de Criação

Stella Braga e Juliana Nogueira

Departamento de Criação

Tradução

Luis Sander

Fotos da Capa

Ottobock, Aktion Mensch e Shutterstock/ mezzotint

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-81577-41-4



9 788585 577414